

**COORDENADORIA DO MEIO AMBIENTE**  
**SUBCOORDENADORIA DE LICENCIAMENTO E CONTROLE AMBIENTAL**  
**NÚCLEO DE ANÁLISE E LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES PETROLÍFERAS – NUPETR**

**PARECER TÉCNICO**

**REFERÊNCIA:** Processo IDEMA 2020-154737/TEC/DOEXT-0602;  
Ofício nº 783/2020/SSM/ANP-RJ;  
Processo ANP nº 48610.213040/2019-86;  
SEI nº 0886073.

**OBJETO:** Análise Técnica;

**INTERESSADO:** Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP;

**ASSUNTO:** Oferta Permanente de Áreas – Bacia Potiguar – Área de Graúna;

**LOCALIZAÇÃO:** Municípios de Caraúbas, Upanema e Governador Dixt-Sept Rosado.

## **1. INTRODUÇÃO**

Este Parecer tem fundamentação legal na Resolução CONAMA 237/97, na Lei Complementar Estadual 272/04 e suas alterações posteriores, bem como também no Art. 225 da Constituição Federal, e tem por finalidade analisar ambientalmente a área de Graúna, no escopo da solicitação do Ofício nº 783/2020/SSM/ANP-RJ, datado em 25 de agosto de 2020.

## **2. DESCRIÇÃO**

De acordo com o ofício em epígrafe, a ANP pretende incluir na Oferta Permanente, o campo de Graúna, localizado na bacia Potiguar, no estado do Rio Grande do Norte. Para isso, necessita de manifestação conjunta do Ministério de Minas e Energia (MME) e do Ministério de Meio Ambiente (MMA), complementada por parecer do Órgão Estadual de Meio Ambiente que possui competência

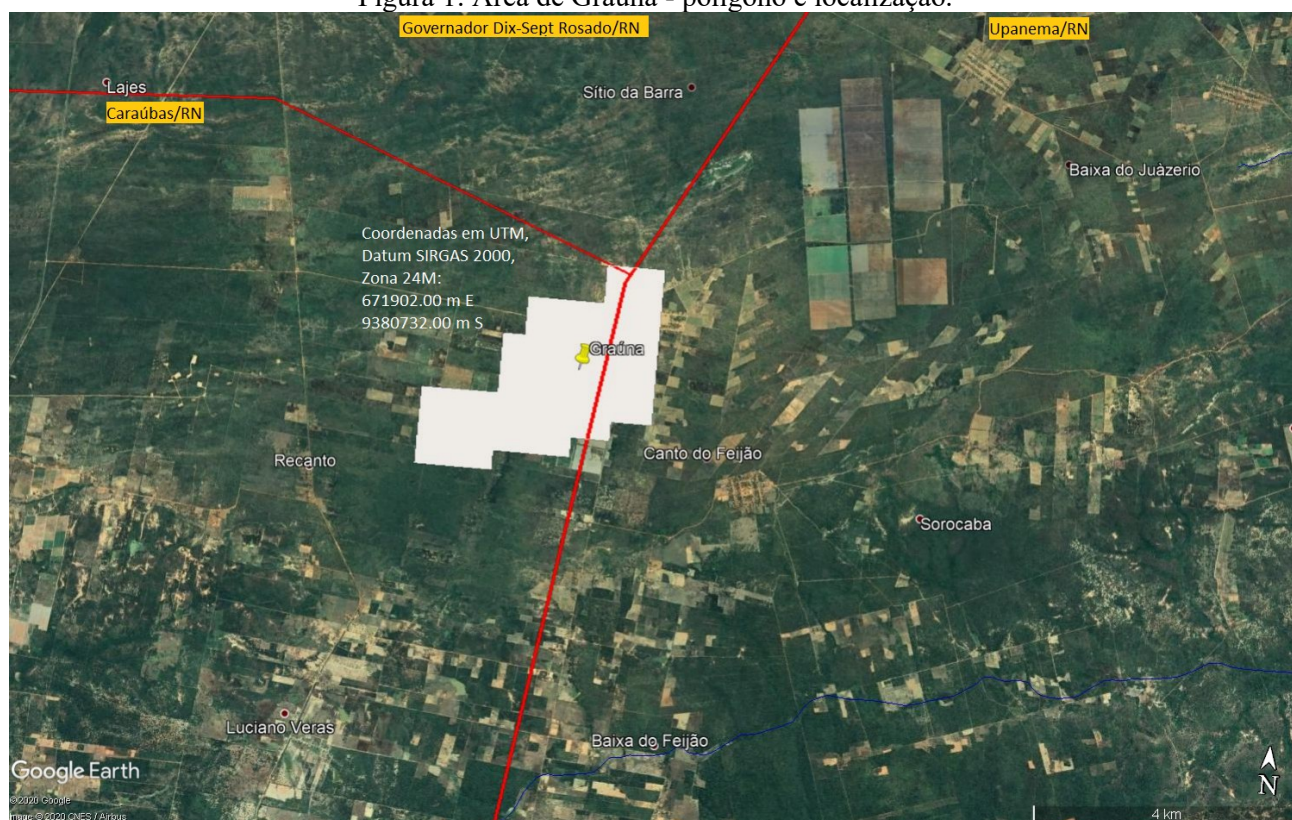
para o licenciamento ambiental.

### 3. ANÁLISE

Como a área de interesse encontra-se localizada na bacia sedimentar terrestre no Estado do Rio Grande do Norte, a competência para o licenciamento ambiental é do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA.

Baseado no *shapefile* fornecido, o polígono e a localização referente à área de Graúna pode ser observado na Figura 1, a seguir:

Figura 1: Área de Graúna - polígono e localização.



Foi observado que a área de Graúna encontra-se localizada nos municípios de Caraubas, Upanema e Governador Dix-Sept Rosado, no estado do Rio Grande do Norte.

Ao sobrepor a área com as bases de dados pertinentes, identificou-se que a mesma não

encontra-se em Unidade de Conservação (UC), Área de Preservação Permanente (APP), e nem está próxima as cavidades mapeadas.

Verificou-se que não existem corpos hídricos dentro das áreas de influência direta e indireta, ou demais itens descritos no Art.4 da Lei nº 12.651/2012, como encostas com declividade maior que 45°, restingas, manguezais, bordas de tabuleiros ou chapadas, topos de morro, montes, montanhas e serras, altitude superior a 1.800 metros e veredas. Logo, a área não encontra-se em Área de Preservação Permanente – APP.

Em relação a ocupação nas áreas de ocorrência de cavidades naturais subterrâneas ou de potencial espeleológico (cavernas), em consulta ao banco de dados disponibilizado no dia 31 de dezembro de 2019 pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas (ICMBio/CECAV), levando em consideração o Decreto nº 99.556/1990, verificou-se que a área, ao que tudo indica não está inserida em área de cavernas. Porém, por ser uma área localizada na Bacia Potiguar, onde possui expressiva ocorrência de calcários da Formação Jandaíra, há possibilidade de que existam cavidades não mapeadas.

Foi observado que na área de interesse e suas proximidades estão localizados projetos de assentamento de reforma agrária, fazendo-se necessário posteriormente que as empresas realizem as devidas consultas às instituições responsáveis, tais como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar (SEDRAF/RN).

De todo modo, não foi identificado motivo que impeça que a área possa ser contemplada na Oferta Permanente pela ANP.

Cabe ressaltar que para localizar, instalar ou operar as atividades/empreendimentos da indústria petrolífera na referida área, o empreendedor deve realizar previamente o devido licenciamento ambiental no órgão competente, o IDEMA. Quando necessário, conforme disposto em lei, o empreendedor deverá solicitar também a Autorização para Supressão Vegetal para Uso Alternativo do Solo (SVeg).

Todo processo operacional apresenta riscos de ocorrência de incidentes e acidentes ambientais, os quais podem ocorrer por motivos variados. A atividade de exploração de hidrocarbonetos é caracterizada como poluidora e degradadora do meio ambiente. Em síntese, o

conjunto de medidas mitigadoras e os programas aplicados devem ter ação preventiva e contribuir para minimizar os impactos negativos ocasionados ao longo do processo produtivo de combustíveis fósseis e interferência humana junto ao meio ambiente.

As condicionantes a serem aplicadas em geral dependem do tipo de empreendimento, da fase do licenciamento ambiental em que o mesmo se encontra e das particularidades identificadas durante a análise. Como exemplos de condicionantes gerais que podem ser aplicadas pelo IDEMA, temos:

“A licença ambiental não dispensa ou substitui quaisquer alvarás ou certidões, de qualquer natureza, porventura exigidos pelas Legislações Federal, Estadual ou Municipal”;

“O empreendedor é responsável pela preservação ambiental, devendo tomar medidas preventivas e de mitigação contra a ocorrência de acidentes/incidentes que possam causar danos, bem como controlar os impactos negativos em razão de sua atividade. Em caso de ocorrência de danos ambientais deverão ser tomadas, imediatamente medidas corretivas, e ainda, comunicar ao IDEMA”; e,

“O empreendedor deve realizar o monitoramento sistemático, mantendo permanentemente limpo e em boas condições de funcionamento todos os equipamentos, acessórios, instrumentos de apoio a segurança e a operação, para garantir os padrões de qualidade ambiental”.

#### 4. CONCLUSÃO

Não tendo sido encontrado algum motivo que justifique a negação quanto à inclusão da área de Graúna na Oferta Permanente pela ANP, posicionamo-nos favoráveis à sua inclusão.

Ressaltamos que no ofício é solicitado que a manifestação do IDEMA seja encaminhada para a ANP até 29 de outubro de 2020. E que a fim de dar celeridade ao processo, seja encaminhada a versão digital assinada do documento por e-mail para “[akosmalski@anp.gov.br](mailto:akosmalski@anp.gov.br)” e “[jbmoraes@anp.gov.br](mailto:jbmoraes@anp.gov.br)”, citando o Processo ANP nº 48610.213040/2019-86 no momento de encaminhamento do parecer ambiental.

Natal(RN), 29 de outubro de 2020.

Glen Oliveira Martin Junior

**Eng.º de Petróleo / Me. em Ciência e Eng. de  
Petróleo / Bel. em Ciência e Tecnologia  
BOLSISTA/FUNDEP/IDEMA  
CREA: 2119301328**

*Sanderson Abdon Rocha Miranda*

**Engenheiro Químico / Pós-Graduando em Gestão  
Ambiental  
BOLSISTA/FUNDEP/ IDEMA  
CPF: 014.179.534-46**

*Regina Coeli Duarte de Oliveira Silva*

**Bióloga / Esp. em Engenharia de Produção e Gestão  
Ambiental Costeira  
COORDENADORA/ IDEMA/NUPETR  
Matrícula nº 175.000-3**